



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

A INTRODUÇÃO DO DEBATE FEMINISTA NO ÂMBITO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: AVANÇOS E IMPASSES

Miriam de Oliveira Inácio¹

Resumo: O debate feminista no âmbito do Projeto Ético-Político do Serviço Social, na década de 1990, é marcado por avanços e impasses relacionados a adoção da categoria gênero. A partir de uma revisão da literatura sobre a temática em estudo, à luz de uma análise histórico-crítica, busca-se elucidar os desafios para a consolidação de uma perspectiva feminista emancipatória no Serviço Social.

Palavras-chave: Gênero. Feminismo. Projeto-Ético-Político do Serviço Social.

Abstract: The feminist debate in the Ethical-Political Project of Social Work in the 1990s is marked by advances and impasses related to the adoption of the gender category. From a review of the literature on the subject under study in the light of a historical-critical analysis, it is sought to elucidate the challenges for the consolidation of an emancipatory feminist perspective in Social Work.

Keywords: Gender. Feminism. Ethical-Political Project of Social Work

1 INTRODUÇÃO

O debate feminista ingressa de forma mais ampla no Projeto Ético-Político do Serviço Social na década de 1990, por meio da adoção da expressão “gênero”, o que pode ser observado na literatura profissional, nos instrumentos normativos da profissão, como o Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996) e na organização política da categoria.

Se a incorporação da temática de “gênero” nos debates profissionais representou um avanço na profissão nos anos 1990 em face da quase ausência desta discussão na década de 1980, e principalmente do perfil claramente antifeminista e conservador presente na origem do Serviço Social, a polêmica da (in) compatibilidade entre “gênero” e marxismo contribuiu para complexificar a relação do Serviço Social com o feminismo e o debate de “gênero” nos anos 1990.

Esta aproximação ao debate feminista ocorreu numa conjuntura política marcada pelo refluxo dos movimentos sociais anticapitalistas, dos quais se incluem os movimentos feministas socialistas e marxistas, em todo o mundo e no Brasil, bem como pela dominância das concepções pós-modernas nos “estudos de gênero”.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: miriam.inacio@gmail.com.

No Brasil da década de 1990, a reestruturação produtiva do capitalismo, a implementação da agenda neoliberal, a ideologia de crise das utopias socialistas e as teorias pós-modernas de fim da história e negação do antagonismo Capital X Trabalho expressam a hegemonia do projeto do capital, conformando uma conjuntura adversa para a organização sindical da classe trabalhadora e das lutas sociais contrárias à sociabilidade do capital.

As saídas encontradas para crise do capital monopolista iniciada nos anos 1970 contabilizaram um quadro de perdas para o conjunto da classe trabalhadora. Na economia, a adoção de um modelo de acumulação flexível provocou o aumento do desemprego estrutural, a precarização do trabalho acentuou o padrão de exploração sobre imigrantes e as mulheres, componente essencial da força de trabalho, bem como a consequente dessindicalização. O projeto político do capital em torno do ideário neoliberal operou em favor da “redução do Estado”, da liquidação dos direitos sociais, e transferiu suas responsabilidades para a sociedade civil (HARVEY, 2012; NETTO, 1996).

De um lado, a crise dos sindicatos e dos partidos políticos populares/operários provocou, de um lado, uma dissolução de identidades classistas; de outro, o crescimento dos chamados Novos Movimentos Sociais (NMS) e o apoio dos organismos internacionais à organização em torno das novas identidades. O problema é que uma parte dos movimentos feministas, étnicos, de homossexuais e ecológicos foi funcional ao ideário capitalista, uma vez que estavam desvinculados de um projeto de superação das classes sociais e de emancipação humana.

É neste contexto que se desenham a incorporação do debate sobre gênero no âmbito das 3 (três) dimensões do Projeto Ético-Político do Serviço Social na década de 1990, quais sejam: a dimensão normativa expressa no Código de Ética Profissional (1993) e nas Diretrizes Curriculares (1996), a dimensão organizativa das entidades da categoria Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a dimensão teórica, aqui expressa nas publicações da Revista Serviço Social e Sociedade e trabalhos apresentados e publicados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS's) do período. Segundo Lisboa e Pinheiro (2005), ainda não se observam uma maior vinculação entre o Serviço Social e os movimentos feministas na década de 1990.

2 A incorporação do “Gênero” no Projeto Ético-Político do Serviço Social

A introdução do debate feminista sob a ótica do “gênero” ocorre no momento em que a profissão aprofunda o debate sobre ética, marxismo e Serviço Social, que segundo

Barroco (2001), tal debate recebeu influência de autores marxistas do porte de Gramsci (1891-1937) e especialmente Lukács (1885-1971).

A crítica ontológica ao marxismo mecanicista e à epistemologia é uma das características do pensamento de Gramsci e Lukács. De modos diferenciados, sua crítica totalizante ao economicismo, ao determinismo histórico, às concepções positivistas repõe em novos patamares a discussão filosófica; por exemplo, eles recuperam um dos elementos centrais à discussão da ética de classe: sua relação com o humano-genérico (BARROCO, 2001, 185-186).

Conforme Barroco (2001), foi possível enfrentar o debate ético no interior da tradição marxista a partir de filósofos que sistematizaram as bases ontológicas da teoria social de Marx, principalmente Lukács e seus discípulos (Heller, Mészáros e Markus). A obra de Lukács se inscreve no processo de renovação do marxismo e ocorre no contexto do colapso do stalinismo e crise do marxismo-leninismo, o que permitiu o aparecimento de novas interpretações do legado de Marx. Assim, a profissão entra em contato com o debate crítico sobre a ética marxista tradicional e as possibilidades de elaboração de uma ética coerente com o método de Marx, o que permitiu uma renovação no debate da ética profissional no Serviço Social.

Fundado na ontologia social, os fundamentos do Código de Ética de 1993 estabelecem o compromisso com valores emancipatórios e não com uma única classe. Preserva o compromisso com as classes trabalhadoras, agora mediadas pela defesa de valores éticos, que têm como horizonte a supressão da sociedade capitalista, na perspectiva do socialismo e da emancipação humana.

Nesse sentido, a aprovação do Código, em 1993, representou o coroamento da consolidação do Projeto de Ruptura com o conservadorismo profissional, que conquista hegemonia nos anos 1990, passando a denominar-se Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Esta reflexão ética fundada na ontologia social permitiu à profissão ampliar o olhar sobre as múltiplas expressões de exploração e opressão do ser social, como as de “gênero”, raça/etnia, orientação sexual, entre outras, apreendidas na totalidade da sociedade capitalista, com seus antagonismos de classe social.

A partir daí, a profissão explicita o compromisso com um conjunto de princípios éticos, como a liberdade plena e a autonomia; a ampliação da cidadania; a democracia radical; a eliminação do preconceito e o respeito à diversidade; o combate à discriminação por questões de classe social, “gênero”, etnia, orientação sexual, identidade de “gênero”, entre outros; o compromisso com uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero e a articulação com os movimentos que partilham dos princípios

do Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as, valores esses inscritos no horizonte da emancipação humana.

O Código de Ética de 1993 inaugura uma análise sobre os indivíduos sociais para além do pertencimento de classe social e inclui as contradições de “gênero” como expressões de relações sociais de dominação-exploração, em articulação com as questões de classe social. Com isso, o Serviço Social mostra-se sensível as diversas formas de opressão, reconhecendo pela 1ª (primeira) vez as opressões culturais do sexismo, do racismo e da homo/lesbofobia.

Paiva; Sales (1998), no texto elaborado para explicar os fundamentos teórico-políticos dos princípios do Código, esclarecem que a introdução das questões de gênero e etnia no Código de Ética de 1993 revela o interesse de contemplar as distintas determinações do ser social, considerando a particularidade dos indivíduos sociais. Mostram que, dessa forma, amplia-se o campo de intervenção do Serviço Social, adotando uma perspectiva de totalidade. Estas autoras afirmam, ainda, que foi uma referência política importante para a profissão admitir a classe trabalhadora como principal sujeito político da transformação social, no Código de Ética de 1986, mas que a redução dos processos sociais à oposição burguesia/proletariado espelhava a influência do estruturalismo no Serviço Social e omitia os conflitos de gênero, etnia e outros.

Após a vivência e a avaliação do Código de 1986, chegou-se, enfim, à conclusão da necessidade de assegurar o compromisso com a classe trabalhadora, mas traduzido de uma maneira ampla e articulada com a particularidade dos desafios da prática profissional. Desse modo, o código atual resguardou os princípios que permitiram a vinculação explícita da profissão com os usuários dos serviços sociais e com a construção de um novo projeto societário, agora afinado com as múltiplas demandas inerentes a essa direção social, portanto, respaldado por uma concepção de sociedade que preconiza o fim da dominação ou exploração de classe, etnia e gênero (PAIVA; SALES, 1998, p. 200-201).

Contudo, o texto de Paiva e Sales (1998) não expõe os fundamentos teóricos acerca da articulação entre classe social e “gênero”. Houve sensibilidade ético-política para dar visibilidade às opressões no campo da cultura, mas não apresentou uma análise teórica mais aprofundada e um amplo debate sobre a emancipação humana das mulheres na totalidade das relações sociais capitalistas.

Como parte do processo de aprofundamento do Projeto Ético-Político, destaca-se também a discussão e aprovação das Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, em 1996, sob a coordenação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS). As Diretrizes Curriculares (1996) também sinalizaram para a incorporação do termo “gênero”, reconhecem a diferenciação de “gênero” no Núcleo da Formação Sócio-Histórica do Brasil, mas também não indica a(s) perspectiva(s) teórica(s) do debate.

O termo “gênero” aparece nas publicações da profissão em meados da década de 1990, conforme já vinha ocorrendo no conjunto das ciências sociais e humanas do país desde a abertura dos anos 1990. Isto pôde ser evidenciado na denominação dos eixos temáticos sobre a questão das mulheres nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais) CBAS’s desta década. Se no VII CBAS (1992), a denominação ainda fazia referência ao termo *mulher* (Atuação do Serviço Social junto à Mulher e à Família), no VIII CBAS (1995) a terminologia do eixo temático já incorporava a questão de “gênero”, com o eixo “O Serviço Social Frente às Relações de Gênero e Etnia”. A partir daí, o termo “gênero” permanece como nomenclatura do debate sobre *mulheres*, sofrendo alterações apenas para contemplar a articulação com o debate sobre Raça/Etnia e Orientação Sexual ou Sexualidades e Geração.

A presença do termo “gênero” nesses documentos normativos da profissão e no CBAS revela que as entidades da categoria profissional, particularmente o CFESS e a ABEPSS, passam a reconhecer a legitimidade dos “estudos de gênero” para a análise sobre a questão das *mulheres*, o que comprova a ampla aceitação do “gênero” no debate acadêmico brasileiro da década de 1990.

Na Revista Serviço Social e Sociedade, “gênero” só vai parecer na década de 2000, conforme os dados apresentados por Silva (2009), na pesquisa sobre as temáticas abordadas na Revista Serviço Social e Sociedade nos últimos 30 anos (1979-2009). A trajetória do debate feminista na *Revista* mostra uma mudança nos conteúdos da temática, conforme a denominação usada pela autora: de “Movimento de Mulheres/Feminismo”, no período 1979-1989; para “Mulher/Feminismo”, entre 1990-1999 e “Gênero”, no período 2000-2009.

Na década de 1990, o debate feminista na profissão no âmbito da Revista Serviço Social e Sociedade ainda estava voltado para os “estudos sobre a mulher”, que já predominava nas ciências sociais e humanas nos anos 1980. Os “estudos de gênero” já dominavam as discussões acadêmicas fora do Serviço Social na década de 1990, o que demonstra a incorporação tardia desse debate na profissão.

O estudo de Silva (2009) traz uma contribuição importante ao mostrar que o debate feminista está entre as temáticas recorrentes nessas três décadas de existência da Revista Serviço Social e Sociedade(1979-2009), portanto, não pode ser considerado como um tema emergente na profissão.

Entretanto, devido ao quantitativo pequeno de artigos, destacamos o caráter periférico deste debate na profissão.

3 Controvérsias teórico-metodológicas e políticas sobre a categoria “Gênero”

De uma reflexão oriunda do movimento feminista nos anos 1970, o debate sobre “gênero” no campo dos estudos pós-modernos assume um caráter acadêmico e se dissemina com rapidez em todo o mundo e no Brasil, na década de 1990, operando um movimento de deslocamento e autonomia em relação ao movimento feminista.

De outro lado, conforme Fraser (2009), no plano internacional, o movimento feminista perdeu seu potencial emancipatório e anticapitalista no contexto do neoliberalismo. Ela afirma que ocorreu uma cooptação das políticas de gênero pelo “novo espírito” do capitalismo pós-fordista, bem como uma subordinação da crítica radical feminista a uma agenda neoliberal, que instrumentalizou as bandeiras da Segunda Onda do Feminismo.

Fraser (2009) mostra que nos países centrais a Segunda Onda feminista surgiu e prosperou junto com uma mudança histórica no caráter do capitalismo, isto é, com o neoliberalismo, a privatização, a desregulamentação, a responsabilização pessoal e o Estado enxuto. Já no 3º (terceiro) mundo, o cenário foi o de vigência do ajuste estrutural, da abertura dos mercados e dos cortes de gastos sociais. A partir dessa análise, ela argumenta que há uma afinidade secreta entre a Segunda Onda do feminismo e o neoliberalismo, em que o efeito disso foi a “ressignificação dos ideais feministas”.

A resignificação dos ideais feministas refere-se à transformação do feminismo numa variante da política de identidade, em que as reivindicações em torno do reconhecimento da identidade e da diferença estavam separadas da crítica ao capitalismo. Outro aspecto da instrumentalização do feminismo pelo neoliberalismo foi a crítica das feministas ao paternalismo do Estado de Bem-estar Social, uma vez que contribuiu com a ideologia neoliberal de Margaret Thatcher: a ideia de autoajuda e o entusiasmo com as Organizações Não-Governamentais (ONG's), em substituição aos vazios deixados pelo Estado, o que veio a legitimar a mercantilização e a redução das despesas do Estado nas pós-colônias (FRASER, 2009).

A reflexão sobre gênero surge como parte dos debates trazidos pela Segunda Onda feminista dos anos 1960/1970, especialmente entre as feministas americanas. Conforme Fonseca (1997), foi num contexto de efervescência dos movimentos e lutas sociais, com destaque para os movimentos contra a guerra do Vietnã, contra o racismo e pelas liberdades sexuais, em que as feministas começaram a utilizar a palavra gênero para se referir à construção social das relações entre os sexos.

As feministas americanas insistiam no caráter social das distinções fundadas sobre o sexo. A palavra rejeitava o determinismo biológico implícito no termo “sexo” ou “diferença sexual”, enfatizando o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. A existência de estudos femininos centrados sobre as mulheres de forma estreita também levou a utilização do gênero para introduzir uma noção relacional, em que mulheres e homens são definidos em reciprocidade, donde a compreensão deles não pode ser

alcançada por um estudo separado, isto é, o estudo sobre as “mulheres” implica informação sobre os homens (SCOTT, 1990).

Nessa época, o gênero era usado de modo descritivo, enquanto conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, podendo ser utilizado como substituto para mulheres e para sugerir que a informação sobre o assunto “mulheres” é necessariamente informação sobre os homens, em que um implica o estudo do outro. Na sua utilização mais simples, o “gênero” é sinônimo de “mulheres”, também sendo usado para se fazer reconhecer como um campo de pesquisas. Para isso, buscou assumir uma conotação mais neutra do que “mulheres”, dissociando-se do feminismo (SCOTT, 1990).

Nessa utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, ainda mais que ele não designa a parte lesada (e até o presente invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela sua posição política afirmando (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece assim não constituir uma ameaça crítica. Este uso de “gênero” é um aspecto que se poderia chamar de busca de uma legitimidade institucional para os estudos feministas, nos anos 80 (SCOTT, 1990, p. 7).

A crítica a esse caráter neutro e despolitizante do gênero foi apontado pelas feministas, e dirigida especialmente à academia.

A palavra “gênero”, cunhada por feministas para designar a base social de adscrição sexual e, assim, para revelar a política sexual, foi neutralizada por acadêmicos a ponto de, hoje, designar simplesmente as diferenças biológicas entre os sexos [...] ‘Gênero’ tornou-se um termo apolítico, uma palavra que permite evitar a designação específica de ‘mulheres’. ‘Gênero’ faz sumir o patriarcado, o contexto histórico e político do poder. É neste contexto em que a sexualidade feminina é prostituída no mundo inteiro a fim de assegurar a dominação das mulheres (BARRY, 1995, p. 11 apud FONSECA, 1997, p. 15).

Segundo Scavone (2004), necessitava-se de uma teoria capaz de pensar a pluralidade e diversidade, em lugar de unidades universais. Apesar de possuir raízes na história das lutas feministas, a emergência das questões feministas nas Ciências Sociais deve ser compreendida no âmbito da chamada “transição paradigmática”, ainda em vigor na sociedade e na ciência. Nesse sentido, não foi por acaso que os estudos e as pesquisas de gênero se desenvolveram nas Ciências Sociais, pois fazem parte de um movimento científico mais amplo, caracterizado por uma “crise de paradigmas”, fundamentada na crítica ao princípio universalista dos paradigmas modernos das ciências e ao seu modelo hegemônico de uma classe, um sexo e uma raça.

Com base nesse paradigma, Scott (1990) sistematiza o conceito de gênero por meio da incorporação das teorias de conflito e poder dos pós-estruturalistas (Deleuze, Derrida e Foucault), no contexto das teorias da linguagem. A construção da identidade de gênero é captada por meio da linguagem: na comunicação, interpretação e representação. Sua

definição de gênero apresenta como primeira proposição à ideia de que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p.14).

Scott (1990) apreende as relações de gênero como processos interligados e não separados, donde a subordinação das mulheres se constitui num começo ou recorte de processos complexos. Por isso, compreende a gênese e dinâmica das relações gênero a partir de quatro elementos, quais sejam: *Símbolos Culturais; Conceitos Normativos; Instituições e Organizações Sociais e Identidade Subjetiva*, “[...] em que nenhum deles opera sem os outros. No entanto, eles não operam simultaneamente, como se um fosse um simples reflexo do outro” (SCOTT, 1990, p. 15).

Na conjuntura da década de 2000, ao mesmo tempo em que o debate sobre “gênero” ganha terreno a partir da orientação pós-moderna da Terceira Onda feminista, em vigência no mundo e no Brasil, também ressurgem as críticas dos movimentos feministas ao caráter neutro do conceito de “gênero”, uma vez que tal conceito não designa a mulher como o sujeito oprimido, tendo como conseqüência a deslegitimação da histórica luta feminista contra a opressão das mulheres.

Nesse contexto, a influência da produção acadêmica pós-moderna sobre “gênero” contribuiu para a fragilização e despolitização dos movimentos feministas, em que muitos se transformam em ONG's, assumiram uma intervenção centrada exclusivamente nas relações de gênero, voltadas para a complementaridade das relações homem-mulher, com o objetivo de receber financiamento de organismos internacionais e instituições públicas.

Entretanto, devido à grande receptividade e aceitação do uso do “gênero” nos países de língua inglesa e, particularmente, no Brasil, “gênero” tornou-se uma categoria em disputa entre abordagens culturalistas/pós-modernas e aquelas situadas no campo feminista socialista e marxista; sendo que para as primeiras, o gênero é uma categoria de análise que expressa uma relação de poder, enquanto que para as segundas, o gênero é apreendido como categoria histórica e em sua dimensão meramente descritiva.

Tais posições demarcam o caráter polêmico da discussão sobre a (in) compatibilidade entre “gênero” e marxismo. No debate brasileiro, a crítica ao caráter despolitizante do gênero e a polêmica sobre a sua (in) compatibilidade com o marxismo serão explicitadas somente no início dos anos 2000.

No Brasil, o debate trazido pela revista crítica marxista, no dossiê “*Marxismo e Feminismo*”, apresentou diversos posicionamentos sobre esta polêmica. Neste debate, Castro (2000) admite que o “gênero” é um campo minado por disputas. Na academia há um pensamento de oposição ao marxismo, um feminismo culturalista, que serve de sustentação ao neoliberalismo, visto que privilegia o discurso, a fragmentação, sem referência às

relações sociais que limitam o exercício da subjetividade. E há outra tendência que concebe o gênero no âmbito de relações sociais, numa dialética articulação com outras relações, como um estruturante da totalidade social. Por isto, ela defende a propriedade da articulação entre marxismo, feminismo e gênero, no sentido de construir um feminismo marxista e socialista.

A junção entre o marxismo e a análise de gênero é vista como uma possibilidade, posição defendida por Castro (2000), Moraes (2000) e Saffioti (1992, 1999, 2000, 2004). Nessa perspectiva, geralmente ocorre uma neutralização do caráter analítico do gênero, o qual é apreendido como um conceito meramente descritivo, de modo a permitir sua articulação com a classe social e com a tradição marxista.

Saffioti (1999), com sua crítica à Scott (1990), entende que as significações atribuídas pelos indivíduos e as realidades discursivas da consciência são produtos da existência, e não da consciência em si, como ensina Marx e Engels. A linguagem não é apenas instituinte, é também instituída pelo conjunto da totalidade do ordenamento social. Por isto, Saffioti opta por pensar o gênero como uma categoria histórica, tomada também em uma dimensão descritiva.

Na década de 1990, no campo do feminismo socialista, algumas intelectuais (SAFFIOTI, 1992, 1999; SOUZA-LOBO, 1991²); incorporaram a elaboração de Scott (1990) – o aspecto relacional do gênero a partir da dimensão de poder em Foucault e os seus elementos (símbolos culturais, conceitos normativos, organizações e instituições sociais e identidade subjetiva), porém teceram uma crítica ao caráter discursivo da categoria gênero e a sua ênfase na dimensão simbólica.

Numa posição diferente, Benoit (2000) advoga pela incompatibilidade teórico-metodológica e política entre gênero e marxismo. Já Araújo (2000) sugere que se trata de uma discussão inconclusa. Benoit (2000) afirma a impossibilidade de conciliar a categoria gênero com o marxismo. A autora argumenta que essa incompatibilidade reside na perspectiva teórico-metodológica que consubstancia esses paradigmas de análise da realidade social, ao passo que o marxismo privilegia uma ótica de análise em que toda forma de consciência possui determinações na existência social. Portanto, está organicamente conectada ao modo de produção e reprodução da vida em sociedade; a perspectiva de gênero toma como elemento central as construções simbólicas, independente das relações sociais.

Nessa perspectiva, entendemos que a abordagem da articulação/interseção gênero-classe social, ao sugerir a ideia da paridade entre as categorias de classe social e gênero, conforme comparece em Saffioti (1992, 1999), na tentativa de se afastar de análises

²Trata-se do livro *“A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência”*, publicado na sua primeira edição em 1991. A segunda edição é de 2011.

unilaterais, que ora privilegiavam a dimensão de gênero (que minimizava ou anulava a questão de classe social na vida das mulheres), ora enxergavam apenas a determinação de classe social (tendência economicista restrita ao enfoque exclusivo da classe social), bloqueou o caráter estratégico da luta de classe, inviabilizando o projeto de emancipação humana das mulheres.

Saffioti (1992) apreende o pensamento de Marx e Engels sobre o fator determinante da história, referido-se à totalidade da produção e reprodução da vida real, como faces de um mesmo processo, e não a uma única dimensão econômica. Argumenta que Marx, por considerar a existência de uma classe média, no *Manifesto Comunista*, não se contentava em diferenciar as classes a partir da propriedade e dos meios de produção.

De outro lado, entendemos que a anulação do status central – e não único – da classe social, segundo o pensamento de Marx e Engels, implícita nesta abordagem defendida por Saffioti (1992, 1999), que expressa a incompatibilidade teórico-política com o pensamento de Marx e Engels.

4 Considerações Finais

A introdução do debate feminista no Projeto Ético-Político nos anos 1990 representou um avanço, mas ocorreu num momento em que houve um deslocamento das vertentes feministas socialistas e marxistas, consubstanciadas nos enfoques do *Sistema Capitalista-Patriarcal* e das *Relações Sociais de Sexo-Divisão Sexual do Trabalho*, em favor do debate *Gênero-Classe Social*, com a adoção da categoria “gênero”, uma categoria em disputa entre abordagens pós-modernas e marxistas.

Dessa forma, a abordagem de gênero segundo a perspectiva pós-moderna tensiona com a larga tradição marxista que serve de fundamentação teórica ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. Já o enfoque *Gênero-Classe Social*, na medida de obscurece o caráter central da classe social expressa na contradição capital X trabalho representa um impasse ao projeto de emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, e portanto, uma incoerência frente aos fundamentos emancipatórios do Projeto Ético-Político.

É nesse cenário teórico-político que o Projeto Ético-Político do Serviço Social incorpora a perspectiva da articulação/interseção entre classe social e gênero, explicitada nas suas dimensões normativa, organizativa e teórica.

Se o feminismo dos anos 1990 se ajustou aos imperativos pós-modernos e neoliberais do capital, no âmbito do Serviço Social, esta conjuntura produziu um efeito contrário, na medida em que o Projeto Ético-Político Profissional conquista hegemonia no conjunto da categoria profissional, fortalecendo a defesa de um projeto societário anticapitalista, antineoliberal, radicalmente democrático e de combate aos preconceitos

(contra as mulheres, população negra, homossexuais, entre outros), na perspectiva da superação dos antagonismos de classe social, dirigido à plena emancipação humana de mulheres e homens.

Pelo exposto, nos é possível afirmar que a década de 1990, ao mesmo tempo em permite uma incorporação do debate feminista por meio do conceito de “gênero” na profissão, promove um distanciamento entre o Serviço Social e o feminismo hegemônico, uma vez que este é absorvido na lógica do neoliberalismo e da pós-modernidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, n.11, p.65-70, 2000. Dossiê Marxismo e Feminismo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleias Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Formação Profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n.7, 1997.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, gênero e revolução. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n. 11, p.65-70, 2000. Dossiê Marxismo e Feminismo.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Superior /Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social /Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares: Curso: Serviço Social**. Brasília: MEC, 1999.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. In: **ASSISTENTE Social: ética e direitos**. Coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro (RJ): CRESS-7ª região, 2001.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, p.98-108, 2000. Dossiê Marxismo e Feminismo.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão (Atualizado em 13. 3. 1993, com alterações introduzidas pelas resoluções CFESS n. 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11). 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012 b.

_____. **Anais Eletrônicos do VII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, São Paulo (SP), 1992.

_____. **Anais Eletrônicos do VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, Salvador (BA), 1995.

_____. **Anais Eletrônicos do XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, Goiânia (GO), 1998.

FONSECA, Cláudia. Uma genealogia do “gênero”. **Revista de Antropologia-Revista de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE**, Recife, v. 1, n. 2, p. 5-22, 1997.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, Jul./Dez., 2009.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. **A Emancipação das Mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife (PE), 2013.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista katálysis** - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis (SC), v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.

MORAES, Maria Lygia Quartim de Moraes. Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.11, p.01-07, 2000. Dossiê Marxismo, Feminismo e “Estudos de Gênero”.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias de Serviço Social - Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n.50, p. 87-132, abr. 1996.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinário. A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Orgs.) **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez/CFESS, 1998, p. 174-208.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J.V.T. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, p. 71-75. 2000.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

_____. Gênero e Patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2004 b.

_____. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, Cristina M. T.; SWAIN, Tania Navarro. **A construção dos corpos:** perspectivas feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008. p. 149-181.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida:** Feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16 (2), p. 5-22, jul./dez., 1990.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Trinta anos da revista *Serviço Social & Sociedade:* contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.100, p. 599-649, out./dez. 2009.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos:** Trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo 2011.304p.